

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL - UNINTER
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

DILCILENE MARIA GOMES

RU 1296740

**A AÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO ATENDIMENTO A
MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE
ASSISTENCIA SOCIAL – CREAS EM COLATINA NO ESPÍRITO SANTO**

COLATINA- ES

2022

DILCILENE MARIA GOMES

**A AÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO ATENDIMENTO A
MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS EM COLATINA NO ESPÍRITO SANTO**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à disciplina e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Profa Esp. Maria Andrea Dias

COLATINA - ES

2022

DILCILENE MARIA GOMES

1296740

**A AÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO ATENDIMENTO A
MULHERES VÍTIMAS DE VIOLENCIA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE
ASSISTENCIA SOCIAL – CREAS EM COLATINA NO ESPÍRITO SANTO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, apresentado à disciplina de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER / Curitiba-PR, como requisito final para a obtenção do título de Bacharel.

Aprovado em: ____ de _____ de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Professor 1 (Titulação e nome completo)

Instituição 1

Professor 2 (Titulação e nome completo)

Instituição 2

Professor 3 (Titulação e nome completo)

Instituição 3 (Orientador)

Dedico este TCC ao Nosso Pai Criador.
Espero que este trabalho seja um
instrumento de sua paz.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, a Deus pela minha vida, e me ajudar a ultrapassar os obstáculos ao longo do caminho.

Agradeço a paciência que meus filhos se dispuseram ao longe da jornada e são eles Jocilene Gomes e Jonas Gomes.

Agradeço as minhas amigas Keteline e Sandra.

Agradeço supervisora acadêmica do polo UNINTER de Colatina Elaine Soares de Oliveira.

Agradeço a supervisora de Campo Raquel Coffere todos os colaboradores do CREAS.

Agradeço a minha orientadora de TCC Profa Esp. Maria Andrea Dias por me ajudar.

Eu só encontrei pessoas nobres e posso dizer Deus é misericordioso, estou muito feliz.

Agradeçotambém a todos os colaboradores da UNINTER.

“Além das rotinas institucionais para
buscar apreender, no movimento da
realidade, as tendências e possibilidades”
(IAMAMOTO, 2005, p. 21)

RESUMO

A mulher vítima de violência é amparada pela Lei Maria da Penha. A luta pela garantia de direitos nos leva a refletir sobre o aumento e devido a este fato, ocorrem a incidência nos casos de reincidências. Diante dessa perspectiva, houve o interesse em pesquisar sobre o tema. Assim ficou definido o seguinte problema: Conhecer de que maneira ocorre o processo de trabalho do Serviço Social frente à demanda com mulheres vítimas de violência doméstica no Centro de Referência de Assistência Social em Colatina/ES? Pela real necessidade de compreender a situação vivenciada de uma mulher vítima da violência doméstica, compreender suas principais dificuldades e conscientização da sociedade em geral que traga contribuições, alternativas e possibilidades para uma atuação do Serviço Social que frente os desafios postos a essa área, decifrando as situações imposta na luta pela garantia de direitos, participando das discussões sobre a questão da violência contra a mulher, objetivando que o governo priorize as políticas públicas de combate à violência e que contribua também para outros pesquisadores que tenham interesse neste tema de tamanha importância. A elaboração deste estudo refere-se ao um episódio de violência contra a mulher. Por isso, torna-se relevante entender acerca deste tema e conhecer as suas possíveis formas de prevenção, reincidência e acompanhamento. A metodologia utilizada para a realização deste trabalho de conclusão de curso ser baseado na teoria crítica Marxista com abordagem qualitativa com dados quantitativos. Os dados mostram o crescente número de casos de ocorrências registradas no município de Colatina ES, e no Brasil. Estes casos são atendidos na delegacia da Mulher em Colatina, o agressor passa pela audiência de custódia. Nesta Audiência o agressor e a vítima passam por um atendimento psicossocial, onde são encaminhados ao CREAS de Colatina para acompanhamento psicossocial. Dados e estatísticas sobre violência contra as mulheres demonstram que as agressões físicas e psicológicas são as principais formas de violência contra mulheres. Diante dessa análise ficou evidente que as denúncias registradas nos Boletins de Ocorrência, os agressores em grande parte havia uma relação de proximidade com a vítima na maioria dos casos.

Palavras-chave: Serviço Social. CREAS. Violência Doméstica. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The woman victim of violence is supported by the Maria da Penha Law. The fight for the guarantee of rights leads us to reflect on the increase and due to this fact, there is an incidence in cases of recidivism. There was interest in researching the topic. Thus, he defined the following problem: To know how the social work process took place in the face of the demand with women victims of domestic violence at the Social Assistance Reference Center in Colatina in ES. Due to society's real need to understand the experience of a woman victim of domestic violence, understand its main difficulties and sensitize society in general to bring contributions, alternatives and conjuncture for a Social Work performance that faces the challenges in this area, deciphering how in the struggles to guarantee rights, participating in discussions on the issue of violence against women, imposing that the government prioritize public policies to combat violence and that it also contribute with other researchers who have this topic of interest. The elaboration of this study refers to the episode of violence against women. Therefore, it becomes relevant to understand this topic and to know its forms of prevention, recurrence and follow-up. The methodology used to carry out the course conclusion work is based on Marxist theory with qualitative methodology with critical data. The case data also do not show the increasing number of occurrences recorded in the municipality of Colatina ES Brasil. These cases are handled at the Women's Police Station in Colatina, the aggressor goes through the TV audience. In this Hearing, the aggressor and the victim undergo psychosocial care, where they are referred to CREAS in Colatina for psychosocial follow-up. Data and statistics on women who are the main forms of violence against women who are the main forms of violence. The analysis became evident as the complaints recorded in the police reports, the aggressors largely maintained a close relationship with the majority of the victims in most cases.

Key-words:Domestic Violence.CREAS.Social Service.Public Policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Tipos de violência doméstica.....	30
Figura 1 – Ciclo da violência.....	31
Quadro 2 – Registro de feminicídio no Brasil.....	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPS AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CIDH	Comissão Internacional de Direitos Humanos
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência social
GRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DH	Direitos Humanos
DEM	Delegacia Especial da Mulher
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LMP	Lei Maria da Penha
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MP	Ministério Público
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização Não Governamental
OMS	Organização Mundial da Saúde
PEM	Procuradoria Especial da mulher
SIM	Sistema de Informação da Mortalidade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O DESENVOLVIMENTO DA SEGURIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO	17
2.1 O período de 1930 a 1964.....	19
2.2 O período de 1964 a 1985	20
2.3 Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).....	23
2.4 O Governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010).....	25
3. AS PRINCIPAIS DEMANDAS NO BRASIL COM FOCO NOS CASOS RECORRENTE DE SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA E REINCIDÊNCIAS EM COLATINA NO ES	26
3.1 Os tipos e formas de violência doméstica no Brasil.....	28
3.2 As múltiplasfaces da violência domésticano Brasil.....	34
3.3 Violência doméstica em Colatina no ES.....	37
4 O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL COM MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO CREAS EM COLATINA NO ES	39
4.1 História do serviço social no Brasil.....	39
4.2 Atuação do Serviço Social no enfrentamento a violência doméstica em Colatina no ES.....	40
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	35
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	39

1. INTRODUÇÃO

O tema deste Projeto foi escolhido devido ao estágio obrigatório desenvolvido no Centro de Referência de Assistência Social CREAS em Colatina ES, localizado a Rua: Reynaldo Ferrari Primo Número 21, Bairro Lacê, Colatina - ES, 29703-084 no ano de 2021 onde venho observando os atendimentos com mulheres vítimas de violência, que são encaminhadas de diversas políticas mediante a Lei Maria da Penha, portanto nos faz refletir de como tem sido a aplicabilidade desta lei nos casos de violência doméstica. A mulher vítima de violência é amparada pela Lei Maria da Penha.

As dificuldades que as vítimas de violência doméstica possuem de fazer valer a lei de acordo com o teórico francês Pierre Bourdieu explica a causa da perpetuação do silêncio da mulher em relação à violência doméstica e de gênero com o conceito da Dominação Masculina (1998):

Como homem ou mulher, no próprio objeto que nos esforçamos por apreender, incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina; arriscamo-nos, pois, a recorrer, para pensar a dominação masculina, a modos de pensamentos que são eles próprios produtos da dominação (BOURDIEU, 1998, p. 17)

Segundo o pensamento do autorexpresso na citação aprendemos a naturalizar a cultura da violência contra a mulher por causa de presenciarmos tantas vezes ao ponto de normalizá-la ou justificá-la. É difícil perceber a dominação masculina de forma consciente, uma vez que ao pensarmos sobre ela nos utilizamos de pensamentos impostos pela mesma por meio da carga histórica entranhada no inconsciente. Outro fator é o silêncio e a denúncia é a relação de afetividade entre agressor e vítima. O primeiro trata sua companheira como posse por causa do entendimento cultural intrínseco na sociedade como herança histórica.

Diferente do que defende o senso comum, a mulher vítima da violência não abandona seus parceiros por que gostam da situação, mas por sentirem um sentimento de impotência, fraqueza e medo (FERNANDES, 2015).

Outro fator que impede que as vítimas de violência doméstica exponham seus problemas e façam valer a lei é que “muitas se consideram dependentes economicamente e afetivamente de seus companheiros ou temem “os pré-julgamentos dos familiares, a preocupação com os filhos etc.” (MIZUNO, FRAID,

CASSAB, 2010 apud Cordeiro, 2017, p04).A dependência econômica e emocional entre tantos outros obstáculos que a impede a mulher de ter uma vida digna e plena. A violência contra a mulher é um problema mundial. Segundo o texto para discussão do IPEA:

A LMP modificou o tratamento do Estado em relação aos casos envolvendo violência doméstica, basicamente, por meio de três canais, pois: i) aumentou o custo da pena para o agressor; II) aumentou o empoderamento e as condições de segurança para que a vítima pudesse denunciar; e III) aperfeiçoou os mecanismos jurisdicionais, possibilitando que o sistema de justiça criminal atendesse de forma mais efetiva os casos envolvendo violência “doméstica”. (MARTIN, CERQUEIRA;MATOS 2015, p.10)

Contudo a Lei Maria da Penha foi um marco na sociedade brasileira ao criar e possibilitar a instauração de juizados especiais para tratar especificamente dos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher (Cunha e Pinto, 2008). A violência sexual, incluindo estupros, tentativas de estupro, atos violentos ao pudor, importunação ofensiva ao pudor, atos obscenos e sedução totalizam 4,94% das notificações/crimes, conforme dados da Pesquisa Nacional (Silva, Kelly, 2001).

Segundo Streck (2011 apud Cordeiro, 2007, p.07), a Lei Maria da Penha representa uma ruptura “às legislações anteriores, que colocavam a questão da mulher em segundo plano”. O autor menciona a questão do estupro, que até pouco tempo atrás era considerado crime contra os costumes e não crime contra a dignidade sexual como é vista atualmente.

A esfera pública pode contribuir colocando em prática medidas preventivas de educação para o combate à violência contra mulher. Visto que é incompetência do Poder Público erradicar esta violência, proteger a mulher e permitir seu acesso aos meios legais cabíveis à resolução de tal problema. A luta por garantia de direitos nos leva a refletir sobre o aumento e porque tem aumentado os casos de reincidências?

Diante dessa perspectiva, houve o interesse em pesquisar sobre o tema. Assim ficou definido o seguinte objetivo geral: Conhecer de que maneira ocorre o processo de trabalho do Serviço Social frente à demanda com mulheres vítimas de violência doméstica no Centro de Referência de Assistência Social em Colatina no ES, e para o desenvolvimento da pesquisa foram elencados os seguintes objetivos específicos: compreender o desenvolvimento da seguridade de Assistência Social no contexto brasileiro, Identificar as principais demandas no Brasil com foco nos casos recorrente de situação de violência e reincidências em Colatina no ES e

Analisar o trabalho do Serviço Social com mulheres em situação de violência doméstica no CREAS em Colatina no ES.

A pesquisa se justifica pela real necessidade de compreender a situação vivenciada de uma mulher vítima da violência doméstica, compreender suas principais dificuldades e conscientização da sociedade em geral que traga contribuições, alternativas e possibilidades para uma atuação do Serviço Social que enfrente os desafios postos a essa área, decifrando as situações imposta na luta pela garantia de direitos, participando das discussões sobre a questão da violência contra a mulher, objetivando que o governo priorize as políticas públicas de combate à violência e que contribua também para outros pesquisadores que tenham interesse neste tema de tamanha importância. A elaboração deste estudo refere-se ao um episódio de violência contra a mulher. Por isso, torna-se relevante entender acerca deste tema e conhecer as suas possíveis formas de prevenção, reincidência e acompanhamento.

A violência sofrida pela mulher é um problema social, por afetar todo o desenvolvimento nas relações pessoais na sociedade, assim, causa prejuízo à sociedade, às futuras gerações, pois, deixa traços de violência.

Esperamos que através desta pesquisa contribua com uma reflexão mais ampla em relação ao tema e traga contribuições, alternativas e possibilidades para uma atuação do Serviço Social que enfrente os desafios postos a essa área, decifrando as situações apresentadas, capacitando-se para o trabalho com as mulheres, trabalhando para a transformação no modo das condições de vida, na cultura de subalternidade imposta às mulheres na garantia de direitos, participando das discussões sobre a questão da violência contra a mulher, objetivando que o governo priorize as políticas públicas de combate à violência. Contribua também para outros pesquisadores que tenham interesse neste tema de tamanha importância.

O método utilizado para a realização deste trabalho de conclusão de curso ser baseado na teoria crítica Marxista. Segundo, (NETTO, 2011, p.17),

para Marx, a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento, [...] a teoria se distingue e tem especificidades: o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo, na sua essência real e efetiva, independentemente dos desejos das investigações do pesquisador.

Um movimento dialético que parte da sua concepção ontológica da realidade social, em que o ser social produz suas próprias condições objetivas e subjetivas de existência e, por isso, teoria, método e concreto social constituem uma unidade metodológica; que requer contribuir para a formação de uma base teórica que argumente de forma reflexiva sobre a seguinte investigação: A ação profissional do Serviço Social no atendimento a mulheres vítima de violência no Centro de Referência de Assistência Social CREAS em Colatina no Espírito Santo.

Uma revolução social se situa do ponto de vista da totalidade porque mesmo que aconteça apenas em um distrito industrial - ela é um protesto do homem contra a vida desumanizada, porque parte do ponto de vista do indivíduo singular real, porque a comunidade, contra cuja separação o indivíduo reage, é a verdadeira comunidade do homem, é a essência humana (MARX, 2010, p. 76).

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa com dados quantitativos baseada na quantidade de mulheres vítimas de violência doméstica que foram atendidas pelo CREAS de Colatina no ano de 2020 através de relatórios de atendimentos nas dependências da instituição aplicando ferramentas de estatísticas gráficas e tabelas para mostrar os resultados com objetivo de apontar por meio de números a frequência e a intensidade. A modalidade de pesquisa qualitativa e quantitativa “interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica)” (KNECHTEL, 2014, p. 106). A combinação desse tipo de dados pode vir enriquecer a compreensão dos fatos.

Através do procedimento para coletas de dados serão realizados por pesquisa de campo através da observação, direta, indireta e participativa. Segundo Cervo & Bervian (2002, p. 27), “observar é aplicar atentamente os sentidos físicos a um amplo objeto, para de ele adquirir um conhecimento claro e preciso”. Proporcionando-nos a finalidade de obter respostas mais assertivas ao coletar informações relevantes para o problema. Para Gil (1999, p.42) “O Universo ou população é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características “. Levando-nos a descobrir respostas para problemas e obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social.

A técnica para coleta de dados será realizada por meio de pesquisas de natureza bibliográfica, tendo por base fontes secundárias disponíveis em livros, artigos, dissertações, teses dentre outros conteúdos considerando o problema

exposto e os objetivos a serem alcançados na execução deste trabalho. Como complemento da análise documental, conforme o pensamento de Cellard (2008, p. 303), é o “[...] momento de reunir todas as partes – elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos-chave”. Buscou-se coletar dados, junto às autoridades como: Delegacia da Mulher e Audiência de Custódia de Colatina com boletins de ocorrências e alto de prisão em flagrantes relacionados a mulheres vítimas de violência e em diversos órgãos.

A pesquisa social é definida por Gil (1999) como:

(...) o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. “A partir dessa conceituação, pode-se, portanto, definir pesquisa social como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social”. (GIL 1999, p.42).

Através da análise de conteúdo serão avaliadas informações que serão obtidas a partir de determinados processos com principal objetivo extrair informações úteis a partir dos dados.

Segundo Minayo (2001, p.74, grifo original):

A técnica de análise de conteúdo, atualmente compreendida muito mais como um conjunto de técnicas, surgiu nos Estados Unidos no início do atual século. Seus primeiros experimentos estavam voltados para a comunicação de massa. Até os anos 50 predominava o aspecto quantitativo da técnica que se traduzia, em geral, pela contagem de frequência da aparição de características nos conteúdos das mensagens veiculadas.

As linhas de pesquisas utilizadas serão para fins de complementação de dados, análise e fundamentação do trabalho de conclusão de curso como requisito básico para conclusão do Curso de Serviço Social e para futuros pesquisadores.

De acordo com Temas Contemporâneos e o Serviço Social “Discussão de temas atuais e transversais às práticas profissionais do assistente social, inter, trans e multiprofissionais. [...], violência; construções identitárias, gênero, [...] e outras temáticas emergentes não contempladas nesta descrição” Curitiba, (2021, p 25). A partir Questão Social, Violência Doméstica e Serviço Social esta linha de pesquisa reúne conteúdos referentes às bases fundamentais da profissão de suas funções

na sociedade em seu vínculo aos direitos sociais, às políticas sociais frente à violência contra a mulher.

No capítulo I buscaremos compreender o desenvolvimento da seguridade de Assistência Social no contexto brasileiro sendo um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, voltada para assegurar o direito, quer pelo acesso aos benefícios e serviços previdenciários, quer na contribuição para a formação de uma consciência de proteção social ao trabalho com a responsabilidade do Poder Público.

No capítulo II buscaremos identificar as principais demandas no Brasil com foco nos casos recorrente de situação de violência e reincidências em Colatina no ES, onde será realizado um levantamento dos principais casos e origens reincidências da violência doméstica; a aplicabilidade da Lei Maria da Penha nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher sendo ela de qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

No capítulo III buscaremos analisar o trabalho do Serviço Social com mulheres em situação de violência doméstica no CREAS em Colatina no ES com suas metodologias de trabalho com grupos e famílias neste espaço de acolhimento e escuta propiciando e construindo uma relação de horizontalidade na qual é imprescindível o diálogo, o respeito às singularidades e a valorização dos projetos de vida das pessoas e seus desafios de desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar, efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano baseado no projeto ético e político da profissão.

2- O DESENVOLVIMENTO DA SEGURIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO.

No contexto brasileiro sendo um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, voltada para assegurar o direito, quer pelo acesso aos benefícios e serviços previdenciários, quer na contribuição para a formação de uma consciência de proteção social ao trabalho com a responsabilidade do Poder Público.

A proteção social básica tem como objetivos “prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições”, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários [...]. (PNAS, 2004, p. 34.). Os serviços de proteção social básica serão executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e em outras unidades básicas e públicas de assistência social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS.

Seguridade social é técnica de proteção social, custeada solidariamente por toda a sociedade segundo o potencial de cada um, propiciando universalmente a todos o bem-estar das ações de saúde e dos serviços assistenciais em nível mutável, conforme a realidade socioeconômica, e os das prestações previdenciárias. (MARTINEZ, 2001, p.90)

Os princípios da seguridade social orientam que as regras da seguridade social devam observar o primado do trabalho, o bem-estar e a justiça social. De acordo com o Art. 194 “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. (BRASIL, 2003, p. 193)

A ação prioritária do Serviço Social está voltada para assegurar o direito, quer pelo acesso aos benefícios e serviços previdenciários, quer na contribuição para a formação de uma consciência de proteção social ao trabalho com a responsabilidade do Poder Público (BRASIL, 1995, p. 11).

A partir desse referencial se apresenta o desenvolvimento das políticas sociais brasileiras dentro de um cenário econômico e político do país. É possível perceber que o drama da desigualdade econômica persiste durante a história brasileira, mesmo em períodos de crescimento econômico. Entre os anos trinta e a

década de setenta, constituiu-se e consolidou-se institucionalmente, no Brasil, o Estado Social. Ao longo do período de constituição do “WelfareState” no Brasil, podemos pensar em duas fases que se destacam: 1930/1943 e 1964/1985, ambas efetivadas sob regimes autoritários, situação que parece referendar a tese das ações preventivas da elite e da busca de formas de legitimação via política social (FAGNANI, 1997).

A consolidação desse regime ocorre no período de 1985/1994, em que há o processo de reestruturação do regime democrático brasileiro, e inclusão dos direitos conquistados na constituição. Por fim são apresentados os governos em que houve a implementação desses direitos, demonstrando as conquistadas realmente efetivadas, as dificuldades para isso, além daqueles que, todavia, estão para ser concretizadas.

2.1 O PERÍODO DE 1930 A 1964

A área social brasileira desde o período colonial se desenvolveu por meio de ações fragmentadas. Até então as ações sociais ficava de responsabilidade de irmandades religiosas, das sociedades de auxílio mútuo e às Santas Casas de Misericórdia. A partir da década de 1930, o Brasil começa a apresentar mudanças, tanto econômica com a mudança de seu modelo de desenvolvimento econômico – passando de um modelo agrário exportador para um modelo urbano industrial - quanto uma mudança política com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder – um o Estado de caráter populista. É nesse contexto de mudanças que se começam a desenvolver as primeiras políticas sociais no Brasil, com o surgimento de um moderno Estado de Bem-estar Social. (FREITAS, 2005).

O surgimento do moderno Estado de Bem-estar Social, pode ser interpretada por um caráter dual sob a orientação do modelo dual sociedade moderna/sociedade tradicional, em que se acredita que a sociedade brasileira passava por um momento de atraso ou de subdesenvolvimento para uma situação de desenvolvimento, que ocorria por meio de etapas. Segundo Freitas (2005), os estudiosos trabalham com o pressuposto que o bom caminho que toda nação deveria seguir para se desenvolver é passar de uma sociedade tradicional para uma sociedade de consumo de massa. Para Oliveira citado por Freitas (2005), coloca que foi de fundamental importância a mudança política com a ascensão de Getúlio Vargas e o surgimento de Estado com caráter populista.

O populismo brasileiro teve especificidades que tinham o intuito de incentivar e fortalecer os mecanismos de mercado, de maneira a facilitar a realização econômica do liberalismo brasileiro. Essas especificidades podem ser exemplificadas pela criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e de uma legislação trabalhista e previdenciária que criavam novas formas de relação entre o capital e o trabalho. Porém, é válido ressaltar que o sistema previdenciário brasileiro buscava controlar as classes subalternas e principalmente as classes operárias, de maneira a tentar superar a crise de hegemonia que sofria o Estado oligárquico. Assim, a legislação trabalhista, muito antes de afetar as relações de produção agrária, preservou um modelo de acumulação adequado para a expansão industrial. Ou seja, pode-se perceber que essa mudança de modelo econômico, com o surgimento de Estado de Bem-estar Social moderno não provocou alterações no padrão de dominação política e econômica (FREITAS, 2005).

Entre 1943 e 1964, ocorreu uma expansão fragmentada e seletiva, em que nem todas as áreas de intervenção social do Estado operaram plenamente, seja porque a política se dirige a alguns grupos apenas ou porque nem todas as áreas de intervenção social do Estado operam plenamente.

2.2 O PERÍODO DE 1964 A 1985

Segundo Fanai (1997), o período de 1964 a 1985 é marcado pela regressividade tributária, centralização das decisões, privatizações. Nesse período se podem elencar cinco principais características nos setores que foram objeto de intervenção governamental: regressividade dos mecanismos de financiamento; centralização do processo decisório; privatização do espaço público; expansão da cobertura e reduzido caráter redistributivo. A regressividade dos mecanismos de financiamento era baseada na política de financiamento com restrição da utilização de recursos de natureza fiscal e prevalência de fontes autossustentáveis. A redistribuição era preocupação secundária, o foco estava no crescimento. Os quatro principais setores que sofriam com a regressividade eram: o setor habitacional, em que as fontes de financiamento (FGTS e poupança) eram reguladas pelo mercado e pelas fontes de auto-sustentação, o que é incompatível com o nível da renda da grande população; o setor previdenciário, que era financiado pela União, por meio do Fundo de Assistência e Previdência Social (contribuições de assalariados, empregadores e autônomos); a saúde pública, suplementação alimentar e transporte

público que eram totalmente dependentes de recursos do Tesouro, ficando dessa maneira marginalizados; e a educação em que as esferas federal, estadual e municipal compartilhavam a competência de fornecer educação no 1º e 2º grau, além de haver vinculação constitucional de recursos fiscais para financiamento, fazendo com que os governos subnacionais fossem os principais responsáveis pela área. (FAGNANI, 1997).

A centralização do processo decisório fazia com que houvesse uma ausência de controle social e da participação das esferas subnacionais. Isso ocorreu pelo fato de que a reforma tributária foi pautada na concentração do bolo nacional e transferências negociadas e uma forma administrativa baseada na expansão das empresas públicas, que utilizava receita própria para se manter e dava mais agilidade. Além disso, a esfera política foi marcada pela ampliação das bases de financiamento com a criação de fundos para fiscais controlados pela esfera federal para financiamento de políticas e de uma burocracia federal com muitos poderes para determinação das políticas sociais (FAGNANI, 1997).

A privatização do espaço público proporcionou cobertura consistiu no aumento dos serviços oferecidos, refletindo maior capacidade de intervenção do governo nas esferas sociais. Na previdência, aumentou o número de segurados inativos urbanos. Na saúde, aumento do número de internações, consultas. Na educação, aumento da escolarização de sete a quatorze anos e das matrículas. Maior cobertura ainda nos setores de habitação, nutrição e saneamento. (FAGNANI, 1997).

Entre 1981 e 1985 houve um enfraquecimento do autoritarismo, de crise financeira mundial e de abertura para a participação popular. Esses fatores faziam com que houvesse uma pressão por maior redistribuição, além de uma maior necessidade de sanar as carências sociais. As pressões da sociedade civil, aliadas com a crise e a necessidade de sanar novas necessidades, fez com que o governo não fosse capaz de atender as pressões, e houvesse um aumento da pressão sobre o regime autoritário. Assim, esse período (1964 – 1985), marcado pelo período militar, aumentou a capacidade de intervenção do Estado no campo das políticas sociais, criando novos instrumentos institucionais e burocráticos que aumentaram as possibilidades de gastos do estado neste campo, aumentando a oferta de bens e serviços que atenderam, principalmente, as classes de média e alta renda, não

apresentando significativos 9 impactos na redistribuição de renda e, assim, caracterizando uma modernização conservadora.

O período de 1985 a 1994 Fanai (1997) coloca que nesse período o governo passa a reconhecer sua dívida social e compromete-se com seu resgate. Havia a necessidade de mudanças profundas na economia e sociedade, por meio da focalização das prioridades sociais inadiáveis. Dessa maneira, medidas emergenciais foram adotadas (combate à fome, desemprego) em consonância com as estruturais (crescimento econômico, aumento dos salários, descentralização política para ampliar a participação e o controle).

Dessa maneira, podese dizer que essa reforma social parte de duas iniciativas: a do executivo e a do legislativo. Assim, o período entre 1985 e 1988 é caracterizado pela transição democrática, que reforçava a importância de um Estado de Bem-Estar, criando instituições mais democráticas e solidas, visando um projeto democrático e redistributivo, que levantou a bandeira da construção de um Estado Social, universal e igualitário.

De 1988 a 1993, o sistema de políticas sociais constituiu uma área importante de ação do Estado. Porém, seu desempenho esteve sempre aquém das necessidades sociais da população, mesmo no período de sua expansão acelerada. Os programas, até mesmo os mais universais, pouco contribuíram para a redução das acentuadas desigualdades que marcam a sociedade brasileira.

A transição democrática no Brasil foi, na verdade, um pacto conservador inter elites, com forte caráter “negociado” e “pelo alto” que acabou por gerar uma fissura na coalizão governista com sérios impactos nos rumos das políticas sociais no país. Enquanto um grupo queria a expansão dos direitos sociais, o outro, constituído pelos setores conservadores - com epicentro no Executivo federal - buscava obstruir esse processo tanto na Assembleia Nacional Constituinte como na regulamentação constitucional complementar.

Nesse momento há uma primazia das ações assistencialistas-clientelistas, com fragmentação e sobreposição de programas em todos os setores, que por muitas vezes eram geridos com inúmeras denúncias de corrupção e favorecimento, que mancharam tal filosofia. Um problema enfrentado nessa época eram as distorções na regulamentação constitucional complementar: diversas manobras foram adotadas para retardar a efetivação dos novos direitos, dificultando sua regulamentação. Um dos focos foi o financiamento da seguridade social, que deixou

de contar com muitos recursos, que foram retidos, apesar da institucionalização do Orçamento da Seguridade Social, na Constituição de 1988, com o objetivo de impedir a prática de apropriação dos recursos destinados aos programas sociais para cobrir déficits públicos. Porém, a peça era descumprida, fazendo a seguridade financiar os cofres da União. O resultado é que a união passa a ser financiada pela seguridade, e não o contrário (JACCOUD, 2005).

Neste momento, segundo Fanai (1997), o financiamento da seguridade fica comprometido pelo descumprimento deliberado de alguns mecanismos constitucionais. Havia a previsão de que a União transferisse recursos oriundos do Tesouro Nacional e de contribuições sociais para a seguridade social, o que não ocorreu, afetando novamente os prazos e distorções das regras constitucionais. Esses recursos que seriam destinados a financiar o Finsocial, a contribuição sobre o lucro e o Pis-Pasep eram retidos no Tesouro Nacional e não atendiam ao seu fim. Outro fator a ser considerado é o impacto causado pelo não cumprimento do Orçamento da Seguridade Social, uma vez que, sem ele, não existia qualquer controle sobre eventuais excessos de arrecadação, que deveriam ser atrelados à seguridade, sendo esses livremente alocados ao sabor da União.

Segundo Draibe (1989), as outras áreas de política social seguiram um comportamento que espelhava tanto o movimento mais geral da economia quanto o do financiamento e do gasto público: corte e reduções nos anos piores, pequenas recuperações nos melhores. Ou seja, a Constituição reforçou, diversificou e fez convergir fontes e receitas, tendendo a diminuir o peso das contribuições no financiamento do gasto social e a sensibilidade desse último às oscilações na economia. De maneira a minimizar os problemas ocasionados pela desregulamentação constitucional, houve a formulação de uma nova agenda de reformas constitucionais, com um redesenho dessas que apontavam para um distanciamento das concepções universalistas e equânimes dos direitos sociais, acentuando-se a seletividade, visando atender os mais carentes.

Além disso, se percebeu uma fragmentação burocrática da política social, em virtude da ausência de decisões e o não enfrentamento do processo de descentralização das políticas. O Governo mostrava-se ainda muito permeável às práticas clientelistas, numa tentativa de obter ampla base de apoio (FAGNANI, 1997).

2.3 GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002)

Fernando Henrique Cardoso (FHC) assume o poder em meio a uma crise em função dos gastos desnecessários com as políticas sociais, sendo os males das políticas a falta de planejamento e coordenação, as superposições de competências entre os entes da Federação, a indefinição de prioridades, a pouca capacidade redistributiva das políticas sociais e com a carência de critérios transparentes para a alocação de recursos. Assim se deveria descentralizar (processo seria mais transparente e possível de ser acompanhado), flexibilizar (abertura de setores para investimentos privados - privatizações), pelo estabelecimento de parcerias com iniciativas da sociedade civil (terceiro setor) e focalização (consistia no estabelecimento de critérios para selecionar a população-alvo de um programa entre aqueles que dele mais necessitassem).

Dessa maneira, o governo FHC busca uma conciliação da estabilização com as metas de reforma e melhoria da eficiência das políticas públicas (JACCLOUD, 2005). O primeiro mandato do governo FHC foi de estabilização monetária com liberalização comercial e privatizações. Houve um crescimento acompanhado de um aumento do consumo e da renda. Segundo Jaccoud (2005), houve um crescimento do gasto social até o fim deste mandato (em média 22%), porém em 1997, a instabilidade econômica mundial e risco de colapso no balanço de pagamentos reduziu o crescimento e aumentou o desemprego.

Assim, no segundo mandato observa-se um ritmo de crescimento mais lento. Jaccoud (2005) analisa a política social brasileira nos governos FHC por meio dos eixos estruturantes do Sistema Brasileiro de Proteção Social (SBPS), que agrupa por semelhança as diversas políticas sociais, segundo as motivações específicas que lhes deram origem (natureza teórica), mas também de acordo com o sentido ou fundamento principal que elas vão assumindo ao longo do tempo.

Essa metodologia permite a reclassificação das políticas à medida que elas mudem de status, vale dizer, à medida que o seu fundamento explicativo se transforme com a própria mudança de sentido que a sociedade lhe atribui. Assim, os eixos são – Trabalho e Emprego (sistema previdenciário – geral e dos funcionários, Políticas de amparo ao trabalhador, Políticas de organização agrária e fundiária), Assistência Social e Combate a pobreza, Direitos incondicionais de cidadania social e infraestrutura social.

Segundo Jaccoud (2005), a evolução dos gastos por eixo no primeiro governo FHC demonstra que o eixo com maior crescimento foi o do trabalho e emprego, representando 70% do crescimento do gasto no período, seguida pela assistência de combate à pobreza. Porém, no segundo mandato FHC sofreram da fragilidade da economia nacional em face da crise mundial (alta do câmbio e pressão sobre a dívida externa). Por isso, há uma queda nos gastos sociais e adoção de mecanismos de contenção, como a LRF.

O eixo do trabalho foi o mais expressivo, mas teve quedas, enquanto o mais sacrificado foi o da infraestrutura urbana. Os gastos com assistência apresentaram constante aumento, enquanto os com cidadania incondicional tiveram variações, aumentando e diminuindo. Em geral, os gastos que estavam em ascensão, sofreram uma queda no primeiro ano da crise e depois se recuperaram em ritmo muito lento, o que veio a sinalizar uma nova postura governamental quanto às políticas sociais (JACCOUD, 2005).

2.4 O GOVERNO LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010)

Durante o período militar foi amadurecido um sistema conservador, que seria criticado nos anos 90 definindo uma agenda de reforma social que caminharia na direção da descentralização, da participação dos beneficiários, na eficiência dos gastos, entre outras. Assim, quando o presidente Lula assumiu o governo parte importante da agenda social proposta já havia sido implementada, apresentando resultados positivos contra a pobreza e melhorias na educação e saúde, todavia a redução das desigualdades não foi minimizada.

A temática das políticas sociais passa a ser trabalhada durante o governo Lula direcionada pela necessidade de eficácia dos gastos sociais e maior efetividade dos programas e ações. Entretanto, o primeiro semestre de governo limitou-se a continuidade de um modelo ortodoxo de política econômica, com ênfase ao controle inflacionário, inclusive restrição dos gastos públicos.

Os resultados foram positivos, alcançando menores taxas de inflação e a partir da postura recessiva, diminuíram-se os preços e estabilizou a economia. Dada essa postura restritiva, de início as políticas sociais foram mais contidas, todavia algumas medidas político administrativas foram incididas. Dentre elas pode-se citar, segundo IPEA (2003), a estruturação das novas políticas embasadas nas novas instituições, como foi a política nacional de segurança alimentar e nutricional; a

racionalização dos recursos públicos, unificando os programas de transferência de renda; multiplicação de fóruns democráticos de deliberação coletiva e a promoção de reformas, tais como a da Previdência e Tributária.

O contexto de ajuste fiscal implantado desde o governo de FHC e mantido no governo Lula, de acordo com Druck e Figueiras (2007) acabou por delimitar as políticas sociais ao sinônimo de política social focalizada; na qual volta-se para as classes mais pobres e miseráveis criando programas de complementação de renda. Sendo assim, para os autores, “esse casamento de políticas econômicas ortodoxas e políticas focalizadas de combate a pobreza, veio acompanhado da redução relativa das já limitadas políticas universais” (DRUCK E FIGUEIRAS, p. 29, 2007). Ocorreu então, um aprofundamento do modelo de práticas de políticas focalizadas iniciadas no governo de Fernando Henrique Cardoso, que segundo afirmam Druck e Figueiras (2007), “tanto do ponto de vista dos montantes transferidos quanto do número de famílias atingidas, assumiram uma dimensão nunca antes vista.” (DRUCK E FIGUEIRAS, p. 30, 2007).

Segundo IPEA (2004) na área social algumas mudanças podem ser citadas como significativas, como foi o caso da criação do Ministério da Assistência Social 12 (MAS) que assumiu uma postura central na condução dos programas sociais do governo e a unificação dos programas de transferência de renda, criando o programa de Transferência Direta de Renda com Condicionalidades, resultando no Programa Bolsa Família. (CASTRO, 2005).

De acordo com a análise desenvolvida pelo IPEA, o governo conseguiu suprir, parte considerável, das demandas sociais históricas existentes no cenário brasileiro. Alterações significativas podem ser apresentadas pela multiplicação de espaços de participação social (como, por exemplo, a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) e a estruturação de políticas embasadas nas demandas históricas, nas quais pode-se citar a Política de Promoção de Igualdade Racial e a Política Nacional para a Juventude.

Entretanto, a implantação efetiva dessas mudanças sociais deparou-se com limitações políticas e econômicas, como foi o caso das “dificuldades imensas em conseguir transpor a primazia das políticas fiscal e monetária por quaisquer alternativas que se coloquem em disputa, ainda que coerentes e consistentes macroeconomicamente.” (IPEA, p.8, 2005).

3- AS PRINCIPAIS DEMANDAS NO BRASIL COM FOCO NOS CASOS RECORRENTE DE SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA E REINCIDÊNCIAS EM COLATINA NO ES.

Os casos de Violência Doméstica no Brasil e casos recorrentes na cidade de Colatina ES têm crescido muito nos últimos anos, sendo um grave problema que deverá ser combatido por toda a sociedade. Ressalta-se que a violência doméstica é um problema histórico reforçado pela naturalização social da mulher em uma posição de fragilidade e do homem em uma posição de força, indolência e razão (Franco, Magalhães, & Féres-Carneiro, 2018, apud Pensando fam. vol.24 no.1 Porto Alegre jan./jun. 2020)

Conforme Magalhães (2010, p. 22) com a alteração do Código Penal a violência doméstica passou a ser definida como:

(...) Violência que se pratica no seio da relação familiar em sentido amplo, independentemente, do gênero e idade da vítima ou do agressor. [...] Estes comportamentos podem ser exercidos de forma direta ou indiretamente sobre a vítima, sendo maus tratos físicos ou psicológicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais.

Neste sentido, a violência contra mulher praticada no ambiente doméstico pode ser denominada como violência doméstica ou violência intrafamiliar:

(...) aquela violência que ocorre no âmbito familiar entre pessoas com vínculo consanguíneo ou não, como no caso de pais e filhos, entre irmãos, primos, padrastos e enteados (as). E se fora dele, por pessoas que possuam ou já possuíram relações afetivas sexuais entre si, como no caso dos namorados, amantes, amásios, maridos, companheiros ou ex (SILVA, 2005, p. 69).

A necessidade da prática do isolamento social decorrente da pandemia da COVID-19, trouxe muitos reflexos para a vida de todas as pessoas. As mulheres pertencem ao grupo que tem sentido os efeitos negativos, dado o exponencial aumento da violência doméstica. No Brasil, o compartilhamento de espaço com um perpetrador de violência durante o confinamento acende um alerta, pois é sabido que no país, a cada 7.2 segundos uma mulher é vítima de violência física (Violence-Clocks, 2020 apud Pensando fam. vol.24 no.1 Porto Alegre jan./jun. 2020). Isso se deve a uma série de fatores, como a perda ou diminuição da renda familiar em razão do desemprego, suspensão das atividades laborais, sobrecarga das tarefas domésticas e aumento do consumo de bebidas alcoólicas.

De acordo com o art. 5º da Lei Maria da Penha, violência doméstica e familiar contra a mulher é “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”(BRASIL, 2006, s/p). Não existe um perfil específico de quem sofre violência doméstica. Qualquer mulher, em algum período de sua vida, pode ser vítima desse tipo de violência.

A violência doméstica é um fenômeno que não distingue classe social, raça, etnia, religião, orientação sexual, idade e grau de escolaridade. No Brasil, a propagação da violência contra a mulher possui raízes históricas. O regime patriarcal revelado, sobretudo, no Brasil Colônia prevaleceu intacto durante vários séculos e, até hoje, sentimos o reflexo dele em nossa sociedade (NADER, 2006).

Dados do Atlas da Violência 2018, publicado em junho do mesmo ano pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). O instrumento demonstrou que, embora tenha ocorrido nos últimos anos uma desaceleração das mortes de mulheres no Brasil no caso de mulheres negras os números atestam uma tendência 29 contrária. Os registros estão aumentando. Assim, há urgência na catalogação do descritor “cor” para a compreensão dos homicídios de mulheres no e Estado capixaba (CERQUEIRA et al, 2018, p. 55).

3.1 OS TIPOS E FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL

No que se refere aos espaços relacionais, a “violência de gênero”, advinda das relações homem-mulher, é definida como “violência familiar” ou “violência doméstica”, visto que o agressor “se vale da condição privilegiada de uma relação de casamento, convívio, confiança, namoro, intimidade, privacidade que tenha ou que tenha tido com a vítima” (AGENDE, 2004, p. 10). Gerada na intimidade amorosa, revela a existência do controle social sobre os corpos, a sexualidade e as mentes femininas, evidenciando, ao mesmo tempo, a inserção diferenciada de homens e mulheres na estrutura familiar e societal, assim como a manutenção das estruturas de poder e dominação disseminadas na ordem patriarcal.

Conforme Magalhães (2010, p. 22) com a alteração do Código Penal a violência doméstica passou a ser definida como:

(...) Violência que se pratica no seio da relação familiar em sentido amplo, independentemente, do gênero e idade da vítima ou do agressor. [...] Estes comportamentos podem ser exercidos de forma direta ou indiretamente sobre a vítima, sendo maus tratos físicos ou psicológicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais.

Neste sentido, a violência contra mulher praticada no ambiente doméstico pode ser denominada como violência doméstica ou violência intrafamiliar:

(...) aquela violência que ocorre no âmbito familiar entre pessoas com vínculo consanguíneo ou não, como no caso de pais e filhos, entre irmãos, primos, padrastos e enteados (as). E se fora dele, por pessoas que possuam ou já possuíram relações afetivas sexuais entre si, como no caso dos namorados, amantes, amásios, maridos, companheiros ou ex (SILVA, 2005, p. 69).

Os estudos demonstraram a existência de diversos tipos de violência que compõe a violência doméstica, sendo um fenômeno complexo, e suas causas múltiplas. A classificação e tipificação dos diversos os tipos de violência praticada contra a mulher conforme a Lei Maria da Penha, em seu art. 7º, inciso I, são cinco tipos de violência, sendo:

1-Violência física – ação do agressor contra a integridade ou saúde corporal da vítima como: empurrar, sacudir, esbofetear, chutar, queimar etc. Conforme a Lei Maria da Penha, em seu art. 7º, inciso I, a violência física é “entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal” (BRASIL, s/p).

Nesse sentido, a violência física é a forma de violência que atinge o corpo e a força física: castigos corporais, capazes de causar dor ou até a morte, bem como sentimentos traumáticos e humilhações.

2-Violência psicológica – ação do agressor contra a mulher que causa danos de ordem emocional. Exemplos: insulto, chantagem, ridicularização, humilhação, constrangimento, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição, limitação do direito de ir e vir. Esse tipo de violência normalmente acompanha a violência física, até mesmo como forma de coibir a vítima a não denunciar a agressão sofrida. Pode ser confundida como excesso de cuidado por parte do agressor e não ser assim identificada como violência pela vítima (BRASIL, s/p).

Neste sentido a violência psicológica no início, as atitudes podem se confundir com um afeto excessivo, que levam a mulher a acreditar que quem abusa está zelando por ela.

3-Violência sexual - ação do agressor que constranja a mulher a presenciar, amanter ou a participar de relação sexual não desejada, diante de ameaças, coações ou do uso direto da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade. Está incluído neste tipo de

violência o impedimento da mulher usar método contraceptivo e a obrigação da mulher abortar mediante força ou ameaça. É um tipo de violência que gera medo, culpa e vergonha, o que dificulta muitas mulheres de denunciá-la. Na maior parte das vezes essa agressão só é denunciada quando praticada por um estranho, fator que contribui para o escamoteamento da violência gerida no interior da família (BRASIL, s/p).

A violência sexual representa violação à dignidade da pessoa humana e produz consequências nefastas para a saúde física e mental da mulher.

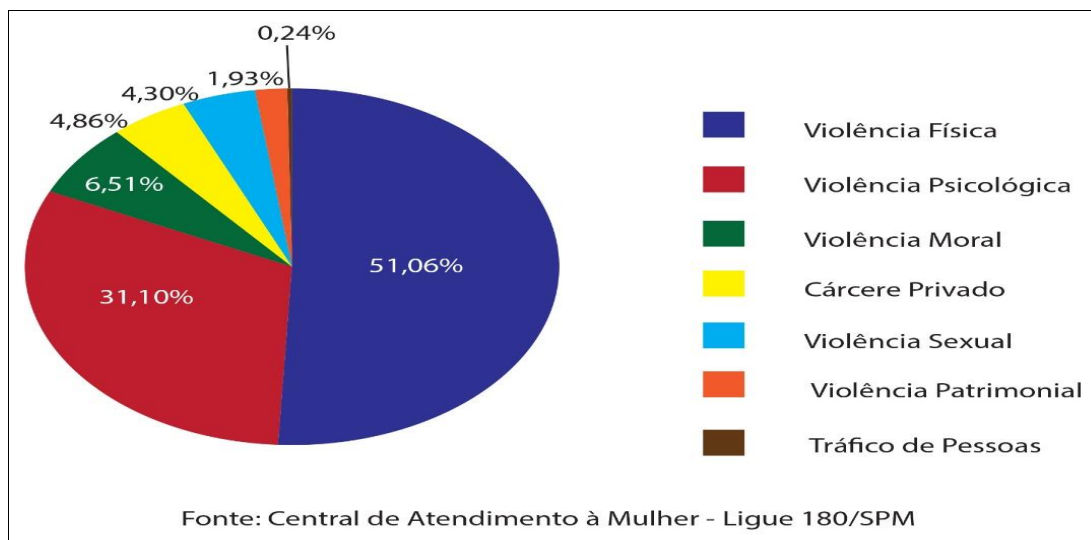
4-Violência patrimonial - qualquer ação que possa causar dano aos bens da mulher como documentos pessoais e instrumentos de trabalho. Esse tipo de violência ocorre, muitas vezes, para que a mulher passe a não ter controle dos próprios bens, ficando cada vez mais dependente do parceiro. Alguns companheiros podem se apossar dos bens materiais de suas companheiras, além de atrapalhar seu trabalho ou impedi-las de trabalhar. Esse tipo de conduta evidencia a possessividade e o controle que o homem pretende exercer sobre a mulher (BRASIL, s/p).

A violência patrimonial é uma forma de abuso que pode acontecer em todos os tipos de relacionamentos, desde o período da paquera, nos namoros e até mesmo nos casamentos mais duradouros.

5-Violência moral – conduta por parte do agressor que possa caluniar ou difamar a mulher. As mulheres são comumente vítimas da violência moral dentro do ambiente de trabalho, em muitos casos isso ocorre em virtude do assédio sexual a que são submetidas. Sua capacidade profissional e atuação são postas em xeque, podem ser também desmerecidas publicamente, gerando maus resultados na avaliação do desempenho do trabalho, assim como a perda da vontade de trabalhar (BRASIL, s/p).

Dados e estatísticas sobre violência contra as mulheres demonstram que as agressões físicas e psicológicas são as principais formas de violência contra mulheres, conforme ilustra o Gráfico 1.

Gráfico 1: Tipos de violência doméstica.



Fonte: (BRASIL, SPM, 2018).

A violência Física e Psicologia é a forma mais frequente de violência contra a mulher e tem crescido muito no país nos últimos anos. "O número de notificações de violência física contra mulheres ocasionadas por seus cônjuges ou namorados, segundo o Ministério da Saúde, quase quadruplicou de 2009 a 2016 em todo o país" (LIBÓRIO, 2019, p.....). São atos e comportamentos dirigidos contra a mulher que correspondem a agressões físicas ou sua ameaça, maus tratos psicológicos e abusos que trazem enormes danos para a vida da mulher.

Estudiosos apontaram fases características para a violência doméstica. É considerado um ciclo, onde é possível evidenciar entre uma fase e outra, o processo sutil da manifestação da violência psicológica e a ausência da agressão física nesse intervalo. "Visualmente, expõe como esse processo sutil inicia, intensifica-se e propicia a incidência de outras violências, além de permanecer presente nas outras fases favorecendo a manutenção do ciclo da violência no casal" (SILVA, 2008, p.69). Geralmente a mulher permanece na relação, pois acredita que o agressor irá mudar.

Uma das teorias mais consolidadas no âmbito da violência doméstica é a teoria do Ciclo da Violência, organizada pela pesquisadora Lenore Walker na década de 70. Segundo Walker, os episódios de violência doméstica se dividem em três fases distintas: a fase de agressão, a fase de lua-de-mel e a fase de tensão (CAMARGO, 2018).

De acordo com a cartilha de orientação para profissionais e voluntários desenvolvidos pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres no ano de 2005 (BRASIL, 2005), os casos de violência comumente seguem um ciclo, podemos

entender melhor esse ciclo de violência na Figura 01.

Figura 1: Ciclo da violência



Fonte: (BRASIL, 2005).

A primeira fase é denominada como a “Construção da Tensão”:

Construção da tensão: A intensidade varia de casal para casal, podendo durar horas, dias, meses ou anos. Durante esta fase a violência não aparece diretamente, mas se traduz pela ocorrência de agressões verbais, silêncios hostis, olhares agressivos, ciúmes, ameaças, destruição de objetos e irritação excessiva do agressor. Tudo o que a mulher faz deixa o companheiro com raiva e irritado. A vítima alimenta uma expectativa positiva que irá reverter à situação e que possui controle dos atos violentos praticados contra ela. Contudo, o agressor tende a responsabilizar a vítima por todos os seus problemas e frustrações. Neste momento, a mulher atribui a si a responsabilidade pela frustração e irritação do marido e desenvolve inconscientemente um processo de constante autoacusação (BRASIL, 2005, p.23).

Quando no relacionamento do casal alguma das partes já demonstra instabilidade emocional a tensão já se faz presente, neste momento se instala a chamada segunda fase – Explosão ou Crise:

Explosão/ Crise: A tensão aumenta e atinge seu ponto máximo, configurando a fase da agressão, é um estágio mais curto na qual o agressor perde o controle e surgem então agressões mais graves. A violência física inicia-se de forma gradual com empurrões, torções nos braços, tapas e, por conseguinte, socos e a utilização de armas de fogo. O agressor pode ainda forçar a companheira a manter relações sexuais com o objetivo de obter maior dominação. A vítima, por sua vez, na maior parte das vezes, não esboça reação, pois o terreno já foi preparado na fase de tensão para que esta não se defenda. Entretanto, se tentar defender-se ou questionar tal comportamento, a tendência é que a violência aumente (BRASIL, 2005, p.24).

Nesta fase já é possível perceber a vítima refém da situação, não conseguindo por si só se defender ou sair do relacionamento. O que leva para a Terceira Fase – chamada de Reconciliação ou Lua de Mel:

Lua de mel: O momento em que o agressor diz estar arrependido de suas ações e pede perdão para a companheira tentando minimizar ou anular seu comportamento agressivo. O homem tenta justificar sua agressão por motivos externos como excesso de trabalho ou bebida. O objetivo desta fase é responsabilizar a companheira e fazer com que ela não sinta mais raiva pelas agressões sofridas. Essa fase também pode ser caracterizada por um comportamento mais amoroso e carinhoso do companheiro. Este se comporta de forma agradável, amável, ajuda nas tarefas domésticas, mostra-se apaixonado e realiza diversos esforços para tranquilizar a esposa levando-a, inclusive, a pensar que é ela quem detém o poder da relação. Neste momento, as mulheres acreditam que podem corrigir esse homem e que com seu amor, paciência e dedicação ele voltará a ser aquele homem gentil por quem se apaixonaram. É geralmente neste momento que as mulheres agredidas retiram as queixas. Entretanto, esta falsa esperança faz com que as mulheres se tornem mais tolerantes à agressão. Contudo, impulsionará o agressor a retomar o controle da vítima e reiniciar mais uma vez o ciclo da violência (BRASIL, 2005, 25).

Desta forma, o ciclo se completa, para que um tempo depois se inicie novamente as situações de agressão. A triste realidade atual é demonstrada nos levantamentos, onde o site G1 divulgou que, “doze mulheres são assassinadas todos os dias, em média, no Brasil. Considerando os dados oficiais dos estados relativos a 2017, são 4.473 homicídios dolosos, sendo 946 feminicídios, ou seja, casos de mulheres mortas em crimes de ódio motivados pela condição de gênero” (CAESAR; REIS e VELASCO 2018 s/p). A violência contra a mulher, que nos casos mais graves ocasionando o feminicídio, é preocupante no Brasil.

Conforme descrito por Santos (2018) no artigo sobre o feminicídio, o assassinato de mulheres em contextos discriminatórios recebeu essa denominação como uma forma de visibilizar um cenário grave e permanente; milhares de mulheres são mortas todos os anos no Brasil. A autora enfatizou que:

O feminicídio é a expressão fatal das diversas violências que podem atingir as mulheres em sociedades marcadas pela desigualdade de poder entre os gêneros masculino e feminino e por construções históricas, culturais, econômicas, políticas e sociais discriminatórias (SANTOS, 2018, s.p).

O Brasil ainda é considerado um país muito violento com as mulheres, ocupando a quinta posição do que mais mata mulheres no mundo, segundo o Mapa

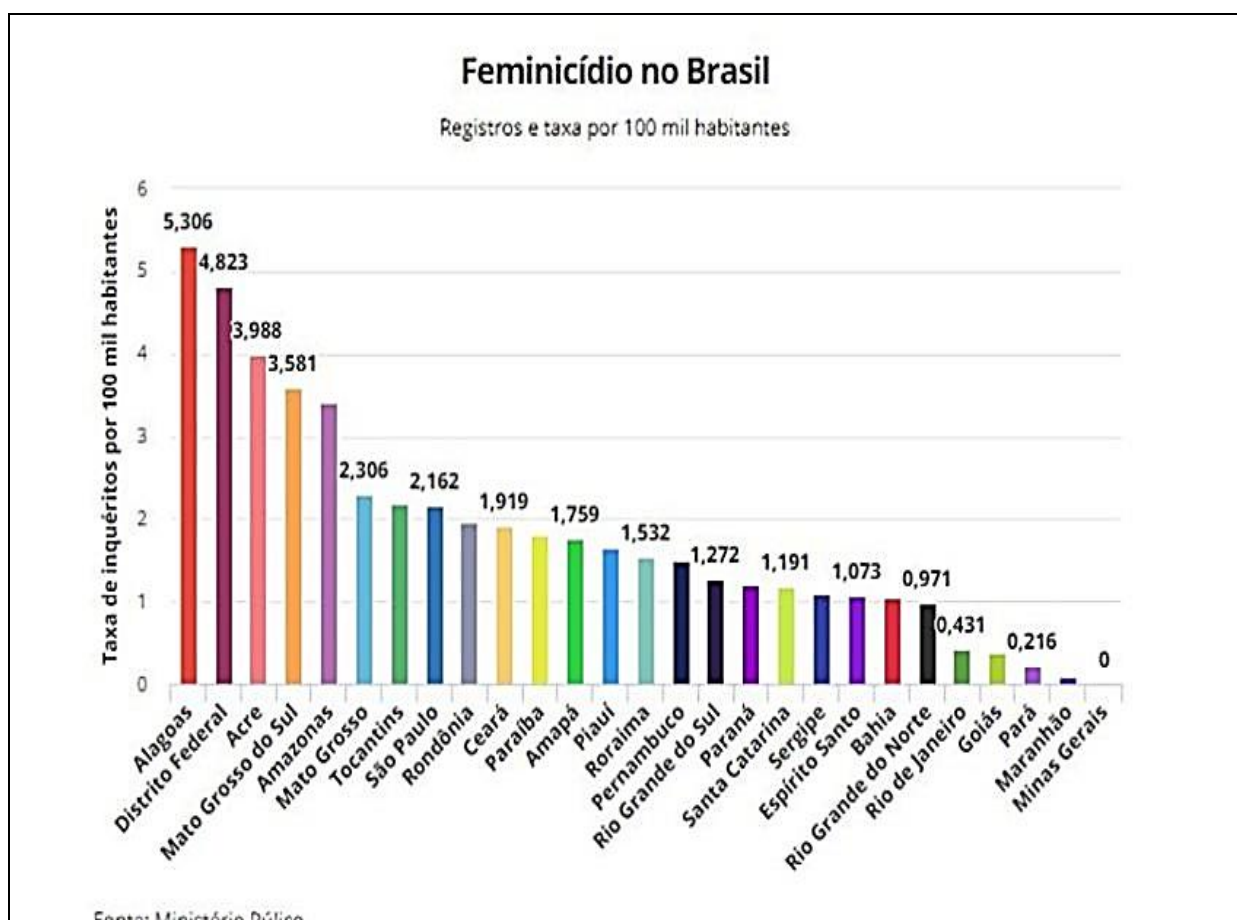
da Violência. Atualmente a taxa de feminicídios no Brasil é registrada como a 5ª mais alta do mundo (SANTOS, 2018).

Sobre esse tipo de violência na atualidade o Relatório Mundial: Brasil - *HumanRightsWatch* divulgou que:

(...) a violência atingiu um novo recorde no Brasil, com cerca de 64.000 homicídios em 2017. A polícia soluciona apenas uma pequena porcentagem desses homicídios. (...) A violência doméstica continua generalizada; milhares de casos a cada ano não são devidamente investigados (HRW, 2019, s.p).

Diante disso, observa-se que o feminicídio e a violência contra mulher no Brasil são problemas gravíssimos e que exigem imediatas medidas de combate. Os registros dos casos no Brasil demonstram oito casos de feminicídio por dia, conforme demonstrado pelos dados do Ministério Público no Gráfico 2 abaixo:

Gráfico 2: Registro de feminicídio no Brasil.



Fonte: (Ministério Público apud SANTOS, 2018, s.p).

Observa-se que a taxa de feminicídio no Brasil varia de acordo com o estado. No estado do Alagoas com o maior índice de 5036% em relação ao estado do Pará com o menor índice 0.216%.

3.2 AS MÚLTIPLAS FACES DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL

A palavra violência esta em todos os noticiários “Inicialmente é necessário que se tenha clareza sobre o conceito da palavra violência, que deriva do Latim “*violentia*”, e significa “veemência, impetuosidade”. Mas na sua origem está relacionada com o termo “violação” (*violare*)” (FERREIRA, 1986). De acordo com o autor sua origem está relacionada a violação, ou seja, um descumprimento de uma lei.

A desigualdade social é um dos fatores principais que gera a violência no Brasil. O termo “Violência: é o ato ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém)” (HOUAISS; VILLAR e FRANCO, 2001, p. 2.866). De acordo com o autor a violência não se aplica apenas de forma física, mais também forma moral.

A mulher vítima de violência doméstica passa por uma ruptura de sua integridade. Neste sentido, “a violência é a ruptura de qualquer forma de integridade da vítima, seja ela física, psíquica, sexual ou moral” (SAFFIOTI, 2004, p.17). As consequências dessas rupturas trazem sérios prejuízos para a mulher vítima de qualquer forma dessas violências.

Conforme explica Minayo (2009) a violência vem acompanhando a humanidade ao longo de sua história. A violência, em seu sentido mais comum, significa qualquer ato de violentar, usar a força e/ou coerção/coação que causa constrangimento físico ou moral, intimidar, subjugar, constranger, obrigar alguém a fazer algo que não está com vontade, impedir alguém de manifestar seu desejo e vontade, cercear a liberdade, coagir, violar os direitos das pessoas, ofenderem a integridade física, sexual e psicológica á determinada pessoa.

Para Souza (1996, p. 31) trata-se de “um fenômeno gerado nos processos sociais, que atinge o âmbito das instituições, grupos e indivíduos (...) reveladora das contradições e das formas de dominação na sociedade”. Todos nós somos vítimas da violência que é gerada pela própria sociedade.

Complementou Minayo (2009, p. 135) que:

(...) um fenômeno humano, social e histórico que se traduz em atos realizados, individual ou institucionalmente, por pessoas, famílias, grupos, classes e nações, visando prejudicar, ferir, mutilar ou matar o outro, física, psicológica e até espiritualmente. No conceito de violência está incluída a ideia de omissão, que aceita e naturaliza maus tratos ao outro individual ou coletivo.

No que se refere aos espaços relacionais, a “violência de gênero”, advinda das relações homem-mulher, é definida como “violência familiar” ou “violência doméstica”, visto que o agressor “se vale da condição privilegiada de uma relação de casamento, convívio, confiança, namoro, intimidade, privacidade que tenha ou que tenha tido com a vítima” (AGENDE, 2004, p. 10). O perfil do homem agressor é marcado por característica de dominação e manipulação no papel que ocupam na vida das vítimas.

A violência contra a mulher como pode ser considerada como:

(...) uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens, que causaram a dominação da mulher pelo homem, a discriminação contra a mulher e a interposição de obstáculos contra seu pleno desenvolvimento. Trata-se de um dos dispositivos sociais estratégicos de manutenção da subordinação da mulher em relação ao homem (RANGEL, 1999, p.30).

Considerando que os conflitos de gênero têm sua gênese no século passado, época em que o homem apresentava status de superioridade financeira, social, cultural, trazendo os resquícios culturais de homens tipicamente dominadores, que agem e reagem de forma violenta às mulheres, sejam aquelas indefesas, sejam aquelas que, após assumirem uma postura crítica, não mais se sujeitam ao processo de dominação masculina (OLIVEIRA; PAIXÃO; 2011).

A força e a violência física não são os princípios básicos que sustentam o modelo patriarcal. O poder que os homens exerciam sobre as mulheres estava legitimado através dos papéis construídos e atribuídos a cada um e a forma como estes se relacionavam nas esferas públicas e privadas (BOURDIEU, 1999).

O papel do homem mantedor da família e mulher cuidadora do lar foram se alterando, com as transformações na economia mundial, afetando o mercado de trabalho, provocando mudanças nas áreas profissionais. As transformações na instituição familiar tornam visíveis pelo crescente número de famílias monoparentais, predominantemente femininas, com novos modelos de relacionamento entre homens e mulheres. A família na atualidade é compreendida não somente pelo

grupo formado por pessoas ligadas por laços de consanguinidade, mas também por daquelas que assumem relações de parentesco entre si por afinidade (SZYMANSKI, 2002).

A bibliografia apontou que em geral, a violência surgiu quando as mulheres saíram dos lugares que foram tradicionalmente determinados a elas, e o poder patriarcal estruturado passou a ser contestado e se viu ameaçado. Com isso, a violência cometida pela sociedade patriarcal passou a se realizar de diversas formas: física, psicológica, sexual, institucional e social (SZYMANSKI, 2002).

A partir do movimento feminista brasileiro, no final da década de 1970 e início da década de 1980, iniciou o debate público sobre a igualdade de direitos entre homens e mulheres. No decorrer dos anos, as teorias que tratavam os temas relativos ao abuso de gênero, a violência doméstica evoluiu, e a partir da realização desses estudos, buscou “apontar para a violência como um problema de violação de direitos das pessoas, fazendo que ganhe visibilidade e seja estudada no campo do direito” e neste momento, a violência contra a mulher deixou de ser algo particular e passou a ser debatida coletivamente (SCHRAIBER *et al.*, 2005, p. 30).

Ao final dos anos 80 e início dos anos 90, ocorreram mudanças teóricas nos estudos feministas e começam a substituir a categoria “mulher” pela categoria “gênero”, devido ao entendimento de que o termo “gênero” possibilita um novo paradigma nas análises das questões referentes às mulheres. Em outros termos, o gênero analisa a relação do feminino e do masculino como uma relação socialmente construída. Esse tipo de violência surge de relações estruturalmente desniveladas, assimétricas entre homens e mulheres, que adquiriu variadas formas ao longo da história (SILVA, 2015).

Os conflitos de gênero apresentam sua gênese no século passado, época em que o homem apresentava status de superioridade financeira, social, cultural, trazendo os resquícios culturais de homens tipicamente dominadores, que agiam e reagiam de forma violenta às mulheres, sejam aquelas indefesas, sejam aquelas que, após assumirem uma postura crítica, não mais se sujeitam ao processo de dominação masculina (OLIVEIRA; PAIXÃO, 2011).

Gueiros (2005) esclareceu que com o passar dos tempos o modelo de família patriarcal sofreu severas modificações, principalmente a partir do século XIX. Com o movimento feminista, deu-se início ao período da modernização, desenvolvendo a família conjugal moderna que persistiu até o século XX, sendo fundamentada na

Constituição Federal de 1988, que garantiu os mesmos direitos para os homens e mulheres.

Com a constitucionalização dos direitos humanos, esse tipo de violência começou a ter maior visibilidade, passando a ser considerado um problema social. Estimadas como a pior violência atrelada as mulheres, estando conectado aos conflitos de gênero, e provenientes das relações entre homem e mulher (OLIVEIRA; PAIXÃO, 2011).

3.3 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM COLATINA NO ES.

Inicialmente, importa dizer, que o município de Colatina é umas das principais cidades do estado do Espírito Santo. Sendo que, a mesma é situada na microrregião centrooeste às margens do Rio Doce, que por sua vez, é considerado o maior rio do estado do Espírito Santo. Nesse sentido, vale ressaltar, que Colatina fica aproximadamente a 132 (cento e trinta e dois) quilômetros da capital Vitória/ES e 61 (sessenta e um) quilômetros de Linhares/ES.

A história de Colatina, como a do Brasil, inicia-se com a população indígena, os Botocudos, que viviam em guerra com todos os seus vizinhos e dominavam a extensa floresta do rio Doce até São Mateus, também no norte do estado do Espírito Santo. A partir de 1886, mineiros e fluminenses chegaram à região, mas somente em 1889 se tem notícias das imigrações de italianos, alemães e poloneses. Existem dados históricos que relatam que surgiu a partir de 1832 a navegação com vapores, pelo rio Doce, intensificando o movimento comercial e conseqüentemente o estímulo para o povoamento. (PEREIRA, 2011).

Colatina passou a ter cada vez mais importância para a região quando em 1906 foi construída a Estrada de Ferro Diamantina - Vitória a Minas, tendo as emancipações políticas do município de Linhares, a qual pertencia. Todo esse desenvolvimento deu origem ao município de Colatina em 30 de dezembro de 1921. A partir da construção da Ponte Florentino Ávidos e com o rápido desenvolvimento da cidade, os Botocudos começaram a desaparecer, aumentando o povoamento do norte do Espírito Santo (PEREIRA, 2011). Diante desse fator, o desenvolvimento urbano adveio de forma alarmante, e com isso ocorreu o crescimento de problemas sociais, como a pobreza e violência, especialmente a violência contra a mulher.

Nessa perspectiva, em 1991 surgiu a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), na comarca de Colatina, sendo que a mesma foi

criada com o objetivo de assegurar atendimento digno à população feminina, vítima de violência doméstica. As Delegacias Especializadas foram estruturadas com o objetivo de assegurar atendimento digno à mulher em situação de violência doméstica. O estado do Espírito Santo conta hoje com 11 Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Guarapari, Aracruz, São Mateus, Linhares, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim).

Segundo a Secretária de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (2018), a Delegacia de Homicídios e Proteção às Mulheres/DHPM, foi criada em 2010 para atender a toda a região Metropolitana, foi a primeira Delegacia implementada no Brasil com a finalidade de apurar os crimes contra a vida praticados contra as mulheres. Atualmente a taxa de elucidação de crimes da DHPM está em torno de 70%.

Segundo o IBGE (2021) Colatina é uma cidade 1.398,219km², com cerca de 124.283 habitantes. De acordo com o Senso SUAS (2021), Colatina possui 02 CREAS, 06 CRAS, 07 Acolhimentos municipais, 01 Centro POP, 01 Conselho Municipal, 04 Centro de Convivencia.

O Estado do Espírito Santo (ES) ocupa o 2º lugar no ranking nacional de mortes de mulheres, com uma taxa de 9,3%, para cada 100 mil habitantes, muito acima da média nacional de 4,8% (WAISELFISZ, 2015). O Espírito Santo, além de estar no segundo lugar de violência contra as Mulheres, também está entre os três estados com maiores taxas de homicídio de mulheres negras, com taxas acima de 10 por 100 mil. O município de Vila Velha, por sua vez, figura na 70ª posição entre os municípios do Brasil (WAISELFISZ, 2015).

Em relação a fonte estudada, constatou-se um total de 4.475 (quatro mil quatrocentos e setenta e cinco) Inquéritos Policiais registrados na Delegacia de Mulher de Colatina, diante de atos de violência, nos anos de 2008, 2011 a 2018. Dentro desse espaço temporal, optou-se por não trabalhar com os números das Ocorrências, mas sim com o quantitativo correspondente ao período mencionado para que houvesse um estudo mais efetivo e proveitoso.

4 ANALISAR O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL COM MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO CREAS EM COLATINA NO ES.

O trabalho do assistente social no Centro de Referência Especializado da Assistência Social e alguns impasses e desafios na garantia dos direitos de mulheres usuárias que acessam os serviços. Os resultados apontam que existe uma fragilidade na articulação intersetorial entre as políticas de assistência social, saúde e trabalho que obstaculiza o atendimento às demandas das mulheres, principalmente daquelas em situação de violência. Existe a necessidade da ampliação da equipe mínima dos CREAS e qualificação na área de enfrentamento à violência de gênero para superação de práticas que reproduzem desigualdades de gênero e reforçam o papel tradicional da mulher voltado ao cuidado.

4.1 HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.

O Serviço Social teve sua gênese no final do século XIX, momento em que ocorreu a transição do capitalismo concorrencial para o monopolista. Nos primórdios, o Serviço Social trabalhou para servir aos propósitos da burguesia. a atuação era exclusivamente de cunho assistencial e funcionava para sanar as injustiças nascidas do constante desentendimento entre as classes subalternas e a própria burguesia (NETTO, 1999).

Assim de acordo com Yasbek (2009, p.5) destaca que:

É, pois, na relação com a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político/sociais orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrários aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja face à "questão social". Entre os postulados filosóficos tomistas que marcaram o emergente Serviço Social temos a noção de dignidade da pessoa humana; sua perfectibilidade, sua capacidade de desenvolver potencialidades; a natural sociabilidade do homem, ser social e político; a compreensão da sociedade como união dos homens para realizar o bem comum (como bem de todos) e a necessidade da autoridade para cuidar da justiça geral.

Com a ascensão da classe operária surgiu por parte da burguesia a necessidade de "cuidar" da classe subalterna. como é exposto por Faleiros (2009) o movimento do capital obriga a burguesia a adotar essa postura paternalista pela indissociação de Estado e Capital. frente a essa realidade o Estado precisa cuidar das necessidades imediatas e a longo prazo do trabalhador tais como saúde, duração de vida e reprodução. essa lógica é fundamentada nos preceitos de mais valia apresentados por Marx, ao dizer que a mão de obra é o bem mais valioso do capital.

Todavia, apesar da aparência positiva, a proposta assistencialista das origens do Serviço Social eram uma forma de controlar e reproduzir a força de trabalho. Essa realidade propiciava a perpetuação das relações de poder entre as classes. Os serviços ofertados eram mínimos e garantiam somente o necessário para a manutenção da mão de obra (IAMAMOTO, 1998).

4.2 ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM COLATINA NO ES

O CREAS está localizado na Rua Virgílio Balarini, Nº 210 Colatina, é uma referência e centro de especialização de assistência social, sendo uma instituição pública e de média complexidade. Têm como origem os desafios de proteção social básica, busca garantir a execução de seus serviços em segurança de acolhida, convivência familiar e desenvolvimento.

Proteção integral aos sujeitos atendidos, garantindo atendimento personalizado e em pequenos grupos, com respeito às diversidades (ciclos de vida, arranjos familiares, raça/ etnia, religião, gênero e orientação sexual). Tais serviços devem primar pela preservação, fortalecimento ou resgate da convivência familiar e comunitária - ou construção de novas referências, quando for o caso - adotando, para tanto, metodologias de atendimento e acompanhamento condizente com esta finalidade (BRASIL, 2011c, p 21)

Têm como origem os desafios de proteção social básica, busca garantir a execução de seus serviços em segurança de acolhida, convivência familiar e desenvolvimento. A estrutura é bem-organizada, formada por 12 profissionais, possui instalações humanas, tecnologia aos usuários, sendo uma unidade pública e estatal onde se ofertam serviços especializados.

Na metodologia de trabalho com grupos e famílias o espaço de acolhimento é fundamental, não há acolhimento sem que o sujeito possa ser compreendido no emaranhado de suas relações sociais. [...]. Um espaço de escuta e um espaço de fala serão propiciado e construído numa relação de horizontalidade na qual é imprescindível o diálogo, o respeito às singularidades e a valorização dos projetos de vida das pessoas (FERNANDES, 2006, p. 147).

A Assistência Social por si constitui-se como um instrumento importante para efetivação dos direitos humanos básicos necessários a uma existência digna, tais como: alimentação, vestuário, transporte, saúde, educação e na garantia dos

mínimos sociais a partir desta concepção, cumprir a sua função básica de inclusão social e proteção.

Sendo o Serviço Social uma profissão interventiva, o profissional atua diretamente na realidade social que é vinculada a questão social, definida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1999).

O Serviço Social trabalha visando a autonomia dos sujeitos frente aos programas institucionais. Visto que, os programas apresentam respostas insuficientes às demandas da população, e os profissionais atuantes nesse segmento tendem a tomar decisões seguindo a lógica das instituições e não da autonomia dos sujeitos. O fazer profissional do assistente social, conserva ainda importantes especificidades, que se encontram diretamente incluídas não apenas as instituições nas quais estes profissionais atuam, mas também em relação aos sujeitos junto aos quais essas ações são desenvolvidas (FRAGA, 2010).

O assistente social é considerado um trabalhador e tem seu exercício profissional inscrito na divisão social e técnica do trabalho, que por ter um compromisso com a classe trabalhadora, tem sua atuação voltada para a garantia dos direitos e a emancipação dos sujeitos sociais, vislumbra o Trabalho em Rede como uma grande possibilidade de intervenção voltada para essa finalidade. Possibilitando uma maior percepção da totalidade das relações sociais, e de suas desigualdades, permitindo uma atuação muito mais abrangente e transformadora (GERRA, 2000).

O Assistente Social é um profissional recebe uma formação generalista, portanto, está apto após sua formação acadêmica para atuar no desenvolvimento de políticas públicas, contribuindo efetivamente na construção e defesa delas. O profissional de Serviço Social está envolvido em diversas etapas, desde o planejamento até a execução das políticas sociais, e para tanto, seu agir profissional deve estar pautado no Código de Ética do Serviço Social (CZAPSKI, 2012).

Os instrumentalidade para o agir profissional do Assistente Social é de suma importância na atuação em todos os âmbitos, e, desenvolver um trabalho com qualidade técnica para essa demanda necessita da utilização de instrumentais específicos.

A literatura mais recente do Serviço Social tem se debruçado sobre essa questão, e alguns autores discordam quanto à denominação e especificações de alguns instrumentos, gerando algumas polemicas sobre o assunto. Guerra (2000), apontou em sua obra, que a instrumentalidade é a capacidade e/ou propriedade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretizam objetivos. Tratar-se-á aqui a instrumentalidade como uma mediação que permite a passagem das ações meramente instrumentais para o exercício profissional crítico e competente.

Os assistentes sociais são considerados como:

(...) profissional que chega o mais próximo possível da vida cotidiana das pessoas com as quais trabalhamos. Poucas profissões conseguem chegar tão perto deste limite como nós. É, portanto, uma profissão que nos dá uma dimensão de realidade muito grande e que nos abre a possibilidade de construir e reconstruir identidades – a da profissão e a nossa – em um movimento contínuo (MARTINELLE, 2006, p. 02).

Sobre este tema, Lisboa e Pinheiro (2005, p. 208) apontaram que: “sendo a violência contra a mulher uma das interfaces da questão social, o assistente social também é chamado a intervir nessa realidade”. O Assistente Social tem um papel muito importante, pois pode intervir fazendo que a vítima construa e reconstrua sua identidade.

Conforme Neves (2009) a rede de atendimento socioassistencial se estabelece para o apoio e a proteção aos usuários dos serviços sociais e que deverão receber dessa rede o amparo e o atendimento aos seus direitos. E para tanto, o assistente social que atua no trabalho em rede se mostra como uma estratégia eficiente que contribui para a leitura da realidade social, bem como para a construção e execução de políticas públicas sociais efetivas, eficazes e eficientes principalmente no trabalho de enfrentamento a violência doméstica.

Onde a importância do monitoramento da rede de atendimento à violência contra as mulheres se mostra necessário no que condiz a base a Política e o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Visto que tais dados orientam as diretrizes gerais para a implementação dos serviços especializados, tanto para acompanhar quanto para implementar novos programas e projetos, levantando e demonstrando os fatores favoráveis e os obstáculos para que os objetivos sejam atingidos, incluindo aspectos técnicos e políticos (IPEA, 2018).

Especificamente na questão da violência, de acordo com Lobo e Carvalho (2013), o assistente social pode contar com um acervo de instrumentos técnicos para uma melhor avaliação dos casos, tais como:

- Entrevista: Realizada com a mulher vítima da violência, onde se desenvolve através do processo de escuta e observação;
- Visita domiciliar: Utilizada para conhecer a realidade do sujeito;
- Pesquisa de campo: Onde o profissional consegue conhecer e explorar os dados sobre a realidade cotidiana dos sujeitos que sofrem violência, utilizando-se dessas informações para desenvolver um trabalho eficaz tanto na defesa, quanto em ações que visem à prevenção de situações de violência.

A atuação do profissional pode ser exercida em vários espaços institucionais, sejam eles públicos ou privados: Delegacias de Proteção à Mulher; IML (Instituto Médico Legal); Hospitais; Maternidades; Serviços Primários de Atenção à Saúde; Centros de Atendimento; Casas Abrigo; ONG's (Organizações não Governamentais); Fundações; Movimentos Sociais, entre outros.

Desenvolvendo diversas atividades internas, como: estudo sócio econômico, para o conhecimento da situação geral familiar dos residentes, encaminhamentos diversos de acordo com as demandas apresentadas, orientação quanto á benefícios e critérios para recebimento dos mesmos, assim como intervenção no âmbito familiar; entrevistas; reuniões de grupo; visitas interinstitucionais; visitas domiciliares. Enfatizando o fato de toda intervenção e trabalho do assistente social ser sistematizado, através de: Relatórios sociais; Livro de ocorrência; Prontuários Sociais.

De acordo com a bibliografia estudada, os desafios apontados ao exercício profissional do assistente social são diversos, no primeiro momento de atendimento é auxiliar a vítima de violência doméstica com o acolhimento em local seguro, logo após garantir que após fazer o boletim ocorrência não mais sofrerá agressões. Outro grande desafio é a independência emocional e financeira que a vítima tem com o agressor, que a prende fazendo com que se sujeite a constantes humilhações e agressões (LOBO; CARVALHO, 2013; NEVES, 2009).

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) desenvolve os serviços especializados e continuados, com acesso gratuito as famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Além da oferta de atenção especializada, focando a família e a situação vivenciada, o CREAS tem o

papel de coordenar e fortalecer a articulação dos serviços com a rede de Assistência Social e as demais políticas públicas (BRASIL, 2010).

O atendimento do CREAS acontece com orientação e apoio especializado a indivíduos e famílias vítimas de violência, visando o atendimento psicossocial na proteção imediata à vítima e a sua família, com um atendimento técnico, prevenindo a continuidade da violação de direitos, assim como está previsto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2010).

Diante disto, cabe ao Assistente Social utilizar de seus instrumentos e técnicas para minimizar os todos esses impactos sofridos pela vítima e consequentemente que não seja repassada aos filhos, orientando e dando respaldo para a preservação de seus direitos para que consiga se libertar da situação de violência em que vive (LOBO; CARVALHO, 2013).

Nesse sentido, o agir profissional do assistente social deve estar pautado em uma postura ética na utilização dos instrumentais, visando respeitar a mulher vítima de violência, assegurando o sigilo profissional em todos os atendimentos realizados pelo profissional e a equipe interdisciplinar. Um dos maiores desafios para os assistentes sociais no combate a violência é implementar o efetivo funcionamento da rede de atendimento interdisciplinar, efetivando a articulação das ações entre as instituições e seus profissionais, que possam realmente amparar as vítimas da violência (LOBO; CARVALHO, 2013).

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados mostram o crescente número de casos de ocorrências registradas no município de Colatina ES e no Brasil. Estes casos são atendidos na delegacia da Mulher em Colatina, o agressor passa pela audiência de custódia. Nesta Audiência o agressor e a vítima passam por um atendimento psicossocial, onde são encaminhados ao CREAS de Colatina para acompanhamento psicossocial.

Cumprе ressaltar, para que a apuração do delito ou contravenção e os crimes contra a honra sejam de responsabilidade da delegacia da mulher, é necessário que o ato seja praticado em âmbito de violência doméstica e familiar, bem como seja enquadrado no conceito de violência pelo artigo 5º da lei 11.340/06 - Lei Maria da Penha.

Diante dessa análise ficou evidente que as denúncias registradas nos Boletins de Ocorrência, os agressores em grande parte havia uma relação de proximidade com a vítima na maioria dos casos e reincidentes. A reincidência nas relações conjugais, envolvendo a violência doméstica e analisadas a partir das fontes documentais na Delegacia da Mulher de Colatina podem ser consideradas como fatores que agravam a situação.

Por ser tratar de repetições de ações violentas que geram na mulher danos irreparáveis Diante de análises nos Boletins de ocorrências na Delegacia da Mulher de Colatina, notou-se que a maior parte das mulheres vítimas da reincidência da violência 84 domésticas têm ensino fundamental incompleto totalizando 36,75% das ocorrências, logo em seguida com o ensino médio incompleto 25,25% e do ensino médio completo 20%. As mulheres vítimas de violência recebem atendimento e acompanhamento pela equipe psicossocial e jurídica do CREAS de Colatina. (Fonte: Banco de Dados da Delegacia da Mulher de Colatina - Espírito Santo)

Muitas mulheres que sofrem violência dentro de casa ficam amedrontadas, envergonhadas e ao mesmo tempo, se sentem responsáveis pela continuidade da família. Por isso, elas pensam antes de tomar uma atitude. Além disso, o homem que agride, em seguida, pede desculpa, jura que nunca mais vai cometer ato semelhante; ela acredita e, na maioria das vezes, opta por dar mais uma chance a qual acontecem reincidentias ainda mais graves gerando um ciclo de violência.

Diante do exposto, é importante mencionar a teoria do ciclo da violência descrita por Walker:

Na primeira fase, ocorre a formação de tensão que é expressa através da violência psicológica, simbólica ou emocional. Nesse período, a mulher tenta acalmar o agressor mostrando-se dócil, prestativa, agradando-o, pois acredita que pode impedir a raiva. Ela sente-se responsável pelos atos do parceiro e pensa que, ao fazer algumas coisas que são consideradas corretas, pode terminar com esse incidente. Nesse sentido, ela assume a culpa e busca justificativas para tal ato, como o parceiro está cansado, está bebendo demais e dentre outros motivos (WALKER, 1979).

A segunda fase é a da explosão da tensão ou de incidente de espancamento grave (violência física), no qual ocorre o descontrole e a destruição. Nessa fase já

ocorre a violência física, tornando a relação sustentável. Geralmente, algumas mulheres percebem a chegada dessa fase e acabam provocando incidentes violentos por não suportarem tal situação. Essa fase é mais curta e será seguida pela terceira fase, da lua de mel (WALKER, 1979).

A terceira fase é conhecida como lua de mel, no qual ocorre o arrependimento do agressor. Em razão do remorso, ele pede perdão, demonstra-se culpado e jura efusivamente que não irá mais agir dessa forma violenta. Nessa fase a mulher percebe sua importância para o parceiro e é reconhecida como boa esposa, então ela se recupera das agressões e se lembra de que elas não são as únicas coisas de seu 83 relacionamento, que há também bons momentos (WALKER, 1979).

Há algumas fragilidades que podem ser superadas, além disso, é essencial que a violência seja enfrentada e discutida a partir de seu reconhecimento enquanto expressão da questão social, possuindo sua gênese na apropriação privada da riqueza socialmente produzida, ou seja, conflito existente entre capital e trabalho. O cotidiano do Assistente Social promove estratégias técnicas-políticas nos espaços sócio institucionais que concretizem princípios como: ampliação da liberdade, concebida como autonomia, emancipação e pleno desenvolvimento dessas mulheres vítimas de violência; garantido a defesa dos direitos.

A ação prioritária do Serviço Social está voltada para assegurar o direito, quer pelo acesso a benefícios e serviços previdenciários, quer na contribuição para a formação de uma consciência de proteção social ao trabalho com a responsabilidade do Poder Público (BRASIL, 1995, p. 11)

Neste sentido, defender direitos humanos é resguardar características que são fundamentais para o desenvolvimento da sociabilidade com responsabilidade do poder público.

A Cidade de Colatina ocupa o 90º lugar nacional com taxa de 8,7 homicídios de mulheres a cada 100 mil.

Além do mais, na lista dos municípios com mais de 26 mil mulheres que possuem maior taxa de homicídio, figuram sete municípios do estado do Espírito Santo. São eles: Serra (7º lugar no país com taxa de 19,7 homicídios de mulheres registrados em cada 100 mil); Aracruz (14º lugar nacional com taxa de 17,1); Cariacica (19º lugar nacional com taxa de 14,0); Vitória (5º lugar nacional com 13,2); Vila Velha (29º lugar com 12,5); São Mateus (84º lugar nacional com taxa de 9,1) e Colatina (90º lugar nacional com taxa de 8,7 homicídios de mulheres em cada 100 mil). (WASELFSZ, 2012 apud OLIVEIRA, 2014 p. 08).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou fazer uma análise sobre a violência contra a mulher a ação profissional do Serviço Social no atendimento a mulheres vítimas de Violência no centro de referência da Assistência Social CREAS em Colatina no ES, levantando as demandas advindas desta triste situação, que assola a vida de um grande número de mulheres, e como o enfrentamento dessa questão é realizado.

De acordo com os objetivos propostos, a investigação buscou compreender a atuação dos Assistentes Sociais no enfrentamento da problemática da violência contra a mulher. O qual constata-se que sua atuação ocorre em diversos espaços sócioocupacionais, sejam eles públicos ou privados, tais como: Delegacias de Proteção à Mulher; IML (Instituto Médico Legal); Hospitais; Maternidades; Serviços Primários de Atenção à Saúde; Centros de Atendimentos; Casas Abrigo; ONG's (Organizações não Governamentais); Fundações; Movimentos Sociais, entre outros.

Os autores pesquisados apontaram que, o assistente social, como profissional atuante nesta problemática, deve estar preparado para realizar um trabalho com as vítimas por meio de instrumentais e técnicas específicas da profissão, por exemplo: entrevistas, encaminhamentos, visitas domiciliares, palestras, etc.

Os objetivos específicos esclareceram as múltiplas facetas da violência contra a mulher, apresentando os aspectos históricos da violência, trazendo o entendimento de que a problemática tem raízes históricas na sociedade machista patriarcal.

Desta forma, constatou-se que a violência contra as mulheres é um problema social universal, e atinge milhares de mulheres de todas as classes sociais, para tanto foi necessário o desenvolvimento de Políticas Públicas específicas para seu efetivo enfrentamento. Pudemos observar que a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) representou um importante marco para a constituição de uma rede de atendimento às mulheres em situação de violência, na medida em que foram garantidos recursos para a criação de serviços e para a implementação de políticas públicas integradas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

As políticas públicas de atenção as mulheres em funcionamento no Brasil, levam em conta que a violência é um problema complexo, e por isso, necessita de

múltiplas medidas para seu enfrentamento, entre elas destaca-se: medidas judiciais, administrativas, legislativas, econômicas, sociais e culturais, etc. Sem as quais fica impossível dar um tratamento global a esse sério problema.

Assim sendo, constata-se que é de suma importância que o profissional que atue nessa problemática, esteja preparado para esse enfrentamento, visto que de acordo com os dados das pesquisas apresentadas, esse tipo de violência tem se ampliado nos últimos anos. Neste processo o empoderamento da mulher em situação de violência carece do auxílio do assistente social para participar como mediador ou propulsor, no sentido de poder mostrar os caminhos institucionais pertinentes.

E por fim, buscou-se analisar a atuação do assistente social inserido no CREAS de Colatina ES nesta problemática, o qual demonstrou-se que o profissional deve estar preparado, tanto para realizar um trabalho direto com as vítimas por meio da acolhida, reuniões individuais e grupais, visitas domiciliares e acompanhamento sistemático de modo a orientar e encaminhar aos serviços específicos que forem necessários, quanto na proposição, elaboração e execução de políticas públicas que promova uma sociedade livre da violência, daí a importância de se conhecer o meio social em que essas vítimas se encontram e o arcabouço legal sobre o tema.

Como resultado, o trabalho apontou a necessidade de fortalecer a inserção do profissional de Serviço Social no eixo de intervenção de processos de planejamento e gestão das políticas sociais como campo privilegiado, visando à implementação de ações efetivas na diminuição da violência contra a mulher.

Conclui-se, portanto, com essa discussão a existência da necessidade do desenvolvimento constante de ações de combate a violência contra as mulheres, assim como, conscientizá-las da importância de denunciar seus agressores e, ainda neste sentido, à necessidade de enfatizar e divulgar o assunto na comunidade estimulando e apoiando as vítimas.

Por sua vez, levando em conta que os estudos sobre o tema não se esgotam, pois é notória a necessidade de ampliação e aprofundamento da pesquisa referente ao assunto, assim sendo, o presente trabalho visou estimular a reflexão e colaborar para o aumento e fortalecimento de novos estudos ao referido assunto.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 1. Ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014

Brasil em desenvolvimento – Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2013. v. 3. Disponível em: <<http://goo.gl/b3FkkV>>. Acesso em 29/Ago/ 2021

_____. **Causas e consequências do crime no Brasil**. In: PRÊMIO BNDES DE ECONOMIA, 33. Rio de Janeiro: BNDES, 2014b.

_____. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Rede **de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília, 2011b. Acesso em: 28 de Abr. de 2018

_____. 1995, P.11

_____. **Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006**, (Lei Maria da Penha)

CERQUEIRA, D. R. C. **Estupro no Brasil**: uma radiografia segundo os dados da Saúde. Rio de Janeiro: Ipea, 2014a. (Nota Técnica, n. 11.). No prelo. Disponível em: <<http://goo.gl/2LE8Tq>>. Acesso em 29/Ago/2021

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência 2017**. Rio de Janeiro: IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP, 2017. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, Processo de consulta.

CERQUEIRA, D. R. C.; COELHO, D. S. C. **Mapa das armas de fogo nas microrregiões brasileiras**. In: IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2003, p. 193. Art 194.

Cunha, R.S., e R.B. Pinto. 2008. **Violência doméstica: Lei Maria da Penha (Lei 11, 340/2006)**: comentada artigo por artigo. Editora Revista dos Tribunais.

Disponível em
http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf.
Acesso em: 29 ago. 2021

FERNANDES, Valéria Diez Scarance. **Lei Maria da Penha: O Processo Penal no Caminho da Efetividade: Abordagem Jurídica e Multidisciplinar**. São Paulo:Atlas, 2015.

FERNANDES, Idília. Dialética da Instrumentalidade: abordagem grupal e familiar na perspectiva da Assistência Social. In: MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz (orgs.). **Capacitação sobre PNAS e SUAS: no caminho da implantação**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2006

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2009. (Coleção Pesquisa Qualitativa).

Franco, D. A., Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2018). **Violência doméstica e rompimento conjugal: repercussões do litígio na família**. Pensando famílias, 22(2), 154-171

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, ANA Paula Schlwwlm; ARAÚJO, Jadilza Maria de Andrade; GIACOMITTI, Rodrigo. Ouvidoria da mulher. Disponivelem: Acesso em 2 de jan de 2017

http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 29 ago. 2021.

<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/cresce-n-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-no-brasil-dados-de-feminicidio-sao-subnotificados.ghtml>

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho profissional e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2005.

KNOPLOCH, CAROL. Mais de 70% das mulheres vítimas de violência não denunciam crime, diz pesquisa no Rio. **O GLOBO**. 26 jun.2016. Disponível em: Acessado em: 10 Janeiro de 2017.

MAGALHÃES, Selma Marques. **Avaliação e Linguagem: relatórios, laudos e pareceres**. 2ª ed. São Paulo: Veras Editora, 2010.

MARTINS, A. P. A.; CERQUEIRA, D.; MATOS, M. V. M. **A institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil**. Ipea, 2015. Mimeografado.

MARTINEZ Wladimir Novaes. **Princípios de direito previdenciário**. 4ª EDIÇÃO, São Paulo: Editora LTr. 2001.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo Qualitativo: oposição ou complementaridade. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 9, v. 3, p. 239-262, jul./set. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S. Acesso em: 29 Ago.2021.

MIZUNO, Camila; FRAID, Jaqueline Aparecida; CASSAB, LatifAntonia. **Violência Contra a Mulher: Por que elas simplesmente não vão embora.** Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, v. 1, 2010.

NADER, M. B. **Violência sutil contra a mulher no ambiente doméstico: uma nova abordagem de um velho fenômeno.** In: _____SILVA, G. V; NADER, M.B; FRANCO, S. [orgs.]. História, mulher e poder. Vitória, 2006.

O estudo da política: temas selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

O Sabor do saber científico: TCC no Serviço Social. Curitiba: Intersaberes, 2020

O estudo da política: temas selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998

Quem matou Eloá. Direção: Livia Perez. Produtora Doctela.2015.Documentario, 24 min.

SILVA, Kelly (2001) As DEAMs, as corporações policiais e a violência contra as mulheres: representações, dilemas e desafios. **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher**, Brasília.

SOARES, B. M. **Enfrentando a violência contra a mulher.** Brasília: Secretaria Especial de

Políticas para as Mulheres, 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/94YWMI>>. Acesso em 29/Ago/2021

PNAS-Política Nacional de Assistência Social. Versão oficial. São Paulo: Cortez, 2004.

Santos, A. G., Monteiro, C. F. S., Feitosa, C. A. D., Veloso, C., Nogueira, L. T., & Andrade, E. M. L. G. (2018). **Tipos de transtornos mentais não psicóticos em mulheres adultas violentadas por parceiro íntimo: uma revisão integrativa.** Revista da Escola de Enfermagem da USP, 52, e03328. <https://dx.doi.org/10.1590/s1980-220x2017030203328>»

SOARES, B. M.(1996) **Delegacia de Atendimento à Mulher: questão de gênero, número e grau.** In: Soares, L. E. et alii Violência e Política no Rio de Janeiro. Relume - Dumará, Rio de Janeiro.

STRECK, Lenio Luiz. Lei Maria da Penha no contexto do Estado Constitucional: desigualando a desigualdade histórica In: CAMPOS, Carmem Hein de. (Org.) **Lei Maria da Penha: comentada em uma Perspectiva jurídico-Feminina.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. 430p

SILVA, Lidia M. M. R. **Serviço Social e Família:** a legitimação de uma ideologia. São Paulo: Cortez, 2005.

SUZUKI, J. T. F.; STEINLE, M. C. B.; BATTINI, O. Elementos textuais. In: SUZUKI, J. T. F. (org.). **TCC: elaboração & redação**. Londrina: Redacional Livraria, 2009. pp. 102-121.

SPOSATI, Aldaíza. Especificidade e intersetorialidade da política de assistência social. In: **Serviço Social & Sociedade** nº 77. São Paulo: Cortez, 2004

WASELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2015**: Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília-DF, 2015. Disponível em

WASELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2012**. Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília-DF, 2012.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

Violence-Clocks. (2020). **Violence Clocks**. Disponível em: <http://www.relogiosdaviolencia.com.br>